

Trégua na luta indigenista

ESP

09.01.77

VITU DO CARMO

De forma hesitante desde quinta-feira e com maior convicção a partir de anteontem, um número incalculável de antropólogos, etnólogos, sertanistas e religiosos tem ensaiado a comemoração de uma vitória cujo sentido, de qualquer maneira, é de uma amargura que transparece no céptico enunciado de um desses analistas: está decidido, enfim, que não vão matar o índio depressa, mas gradativamente.

Foi na quinta-feira que o general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), começou a aplacar as aflições dos eternos guardiães dessa minoria, contradizendo as ameaçadoras declarações que o ministro Rangel Reis, do Interior, assacara contra a consciência indigenista. Mas, no dia seguinte, uma nota oficial da Funai golpeou os ânimos mais eufóricos, negando a "falta de sintonia" entre as posições de Rangel e de Ismarth e considerando-a simples criação da imprensa. Na sexta-feira, porém, foi o próprio ministro quem veio a público para retirar suas opiniões, que haviam desencadeado a mais retumbante onda de protestos registrada pela história recente do indigenismo brasileiro.

"DEGENERESCÊNCIA"

Era o final de 11 dias de contínua condenação à "incapacidade", indiferença à lei e até "antieristianismo" do responsável pelo Ministério ao qual está subordinado o órgão de assistência aos índios. Nas primeiras tentativas de defesa, Rangel procurou refugiar-se na trincheira cômoda da autoridade, e afirmou "não ter tomado conhecimento das críticas de Apoena Meireles — que o acusara de infringir o Estatuto do Índio... alegando tratar-se de "um técnico da Funai", ou seja, um subalterno a quem não devia satisfações. Acreditava, então, que manifestações desse tipo constituíam, como declarou um de seus assessores, "um problema interno, de ordem disciplinar". Mas, dias depois, foi um tutelado da Funai, o chefe xavante Mário Juruna, quem censurou Rangel por ter ameaçado impedir o trabalho de religiosos junto às tribos. "Isso é um crime e, quando for a Brasília, eu vou dizer o que penso ao ministro", prometeu o enérgico Juruna, além de sentenciar que "quem não conhece a problemática do índio não devia dizer nada".

Um manifesto de 17 antropólogos do Rio de Janeiro recorreu a uma insinuante figuração para realçar a injustiça do tratamento que se prometia para as tribos. Parafraseando afirmações de Rangel, reduziu a um sentido drástico um dos aspectos de sua anunciada política. "Em 10 anos, em vez de 50 milhões de brasileiros, existirão apenas 5 milhões. Em 30 anos, não existirão mais brasileiros, apenas pessoas de origem brasileira" dizia a nota. E, para refrescar memórias sobre a primitiva situação de posse da terra, configurou o Brasil

como um país ocupado. Nele, o nativo era submetido a imposições como as de Rangel Reis, típico representante das "forças invasoras".

Quando o debate subiu a foros mais solenes, o deputado Alencar Furtado (MDB-PR), segundo vice-presidente da Câmara, abriu mão de qualquer recurso à metáfora e sustentou que "a agressão ministerial à Igreja" — na ameaça de veto ao trabalho das missões — "ofendeu o espírito cristão do nosso povo e a própria história do índio brasileiro". E d. Tomás Balduino, presidente do intransigente Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apontou uma "degenerescência semelhante à que ocorreu no antigo Serviço de Proteção aos Índios" com a diferença apenas de que aquela "era causada pela corrupção dos seus funcionários", e a de agora "pela subversão da lei, isto é, o desrespeito ao Estatuto do Índio". O bispo de Goiás Velho concluiu não ver saída para o problema a não ser a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar a questão indigenista.

Por fim, a escalada de denúncias tocou na aguda suscetibilidade nacional às repercussões exteriores sobre a condição do índio. De passagem pelo Rio, o bispo João Batista Przyklenk, da diocese norueguesa de Tromsø — e que durante 38 anos foi missionário no Brasil, expressou sua cândida estranheza diante das posições de Rangel Reis, "ministro de Estado de uma nação que zela por sua imagem de maior país católico do mundo".

A força de todo esse clamor desponta como a principal causa da "reformulação" dos conceitos de Rangel. No décimo-primeiro dia, ele deixou entrever uma auto-crítica ao revelar a disposição de "ficar com aqueles que de boa fé criticaram". E sustentou a necessidade de "olhar para todas as áreas, mesmo que sejam minorias raciais". Como a observação se seguiu à de que seu Ministério é "um órgão complexo, com grandes tarefas a realizar", o sentido implícito parece ter sido o de uma reconsideração que admita a relativa negligência quanto ao compromisso "menor".

DÚVIDA

Caiam por terra, assim, as ameaças que ele levantara, na controvertida entrevista de 27 de dezembro, contra a ação da Igreja — "sonhadora, feudal e atrasada" — junto às aldeias, o ritmo lento do processo de aculturação das tribos e o ensino da língua original às crianças índias.

A inquietação dos que haviam lutado contra as posições renegadas naquele instante pelo ministro, porém, foi substituída pela dúvida: até que ponto a nova atitude seria a expressão da política indigenista a ser seguida na prática? Os otimistas festejam o retorno do comando efetivo da Funai às mãos do general Ismarth — consequência de uma vitória conquistada no bojo da crise pelo presidente do órgão, livrando-se de um as-

essor que assumira um poder paralelo ao seu. O significado da saída deste funcionário, Francésio van der Broocke, só pode ser entendido em sua correta dimensão se considerada a peculiaridade de sua atuação, durante cinco meses, à frente do Departamento Geral de Operações (DGO).

Único funcionário da Funai empossado no gabinete de Rangel Reis, ele foi sempre um renitente ponta-de-lança do ministro na obstinação pelo rápido engajamento do índio à sociedade majoritária. A retirada de Broocke — que deverá formalizar seu pedido de demissão nos próximos dias, supostamente em protesto contra o afastamento de um seu parente — significaria um claro indicio da mudança operada em Rangel, convencido finalmente de que a política de Ismarth, de moderação no processo integracionista, é a que deve prevalecer.

Persistem, no entanto, especulações sobre a hipótese de "influências superiores" terem condicionado a nova postura do ministro — e o que mais preocupa os analistas é não saber se o objetivo de tais instâncias seria corrigir rumos considerados errôneos da orientação indigenista ou simplesmente fazer esvaziar uma grita indesejável.

MOTIVAÇÃO

Nessa avaliação, um mesmo fato tem conduzido, com idêntica aparência de razoabilidade, a uma ou outra interpretação, dependendo quase exclusivamente da inspiração do observador. Ao receber os cumprimentos de fim de ano de seus auxiliares, o presidente Geisel teria manifestado ao general Ismarth o desejo de "falar muito com o senhor". E, como a versão é trazida por uma fonte confiável nos novos caminhos da Funai, o ministro Rangel Reis, apreensivo com a idéia de estar ausente à reunião, teria reagido com especial presteza, adiantando que "é só passarem as festas e marcaremos o encontro".

Na mesma linha, é detectado um recente interesse da Casa Civil da Presidência da República pela busca de informação sobre a questão indigenista.

Ha quem comente, porém, que um realinhamento a ser ditado de cima, a esta altura, tanto pode ser contrário como favorável à ênfase aculturativa. E, com desalento maior, essas fontes lembram que as declarações de Rangel Reis, a 27 de dezembro, foram formuladas horas depois de uma audiência com o presidente da República.

De qualquer modo, os opositores da apressada extinção dos valores tribais sabem que, na pior das hipóteses, vão agora desfrutar o alívio de uma trégua. E que possíveis reformulações com o objetivo de acelerar a integração, no futuro, não

virão na forma de uma investida desabalada como a que caracterizou a tentativa de Rangel Reis. A sorte do ministro, tendo que alterar seu posicionamento, depois de sustentá-lo num esforço solitário, indica, além do mais, que estas forças não perderão a motivação para novos embates.